



[Portaria n.º 48/2026, de 13 de fevereiro](#) - Procede à primeira alteração da Portaria n.º 801/2025, de 10 de dezembro, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 218, que estabelece as taxas e os respetivos montantes a cobrar pelo Instituto de Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.

[Portaria n.º 801/2025, de 10 de dezembro](#) - Portaria que estabelece as taxas e os respetivos montantes a cobrar pelo Instituto de Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM

[Portaria n.º 556/2024, de 22 de outubro](#) - Estabelece as taxas e os respetivos montantes a cobrar pelo Instituto de Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, designado IFCN, IP-RAM, devidos pela prestação de serviço público e emissão de licenças, autorizações e títulos análogos e os preços das prestações de serviços e da venda de ingressos e bens.

[Portaria n.º 60/2023, de 31 de janeiro](#) - Estabelece as taxas devidas pelos serviços prestados e os preços dos diversos produtos comercializados

[Lista de Espécies Isentas de Licença prevista no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º17/2023/M, de 11 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º2/2023/M, de 2 de maio](#) (sem prejuízo do cumprimento de outras disposições legais)

[Decreto Legislativo Regional n.º 17/2023/M](#), de 11 de abril - Aprova o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas na Região Autónoma da Madeira e assegura a execução, na ordem jurídica regional, do Regulamento (UE) n.º 1143/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativo à prevenção e gestão da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras.

[Lista Regional de Espécies Invasoras](#)

[Decreto-Lei n.º 8/2022/M, de 3 maio](#) - Aprova o novo regime jurídico da Reserva Natural das Ilhas Selvagens.

[Decreto Legislativo Regional n.º 7/2021/M, de 16 de março](#) - Cria a Rede de Monumentos Naturais da Região Autónoma da Madeira

[Portaria n.º 371/2018](#), de 10 de setembro - Aprova as condições para o exercício das atividades no meio marinho da Reserva Natural das Ilhas Selvagens, bem como o respetivo Regulamento Interno relativo às atividades humanas.

[Resolução n.º 303/2017, de 15 de maio](#) - Aprova a revisão do Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens (POGIS), cujo Regulamento e respetivas Plantas de Síntese e de Condicionantes são publicados em anexo único à presente resolução, dela fazendo parte integrante.

[Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens](#) - Este documento resulta da primeira revisão ao Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens (POGIS).

[Divulgação dos Resultados da Discussão da Discussão Pública da Revisão do Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens \(POGIS\)](#)

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2014/M, de 3 de março](#) - Procede à classificação das Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Região Autónoma da Madeira

[Edital da Capitania do Porto do Funchal nº 12/2018](#) - Interdita a atividade de pesca na Reserva Natural das Ilhas Selvagens.

[Resolução n.º 1291/2009, de 2 de outubro](#) - procede à classificação de Sítio de Importância Comunitária (SIC) para Zona Especial de Conservação (ZEC) de alguns Sítios de Interesse Comunitário

[Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto](#) - Divulga a lista dos Sítios de Importância Comunitária (SIC) situados em território nacional pertencentes às Regiões Biogeográficas Atlântica, Mediterrânica e Macaronésica.

[Edital da Capitania do Porto do Funchal nº9/2006, de 8 de setembro](#) - Estabelece os fundeadouros nas Ilhas Selvagens e regula o período do ano em que poderá ser praticado o fundeadouro da Selvagem Pequena.

[Resolução CM/ResDip\(92\)18, de 18 de maio](#) - distinção da Reserva Natural das Ilhas Selvagens com o Diploma Europeu para as Áreas Protegidas atribuído pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa.

[Decreto Regional nº11/81/M, de 15 de maio](#) - Altera o Decreto Regional

nº15/78/M, de 10 de março.

[Decreto Regional nº15/78/M, de 10 de março](#) - Classifica as Ilhas Selvagens como Reserva Natural.

[Decreto Lei nº458/71, de 29 de outubro](#) - Classifica as Ilhas Selvagens como Reserva.